



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS

JEFFERSON ARAÚJO DE LIMA

ABORDAGEM DA ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL
EM UM LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

João Pessoa

2023

JEFFERSON ARAÚJO DE LIMA

ABORDAGEM DA ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL EM UM
LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do Curso de Letras, do Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
obtenção do título de licenciado em Letras – Língua
Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Magdiel Medeiros Aragão Neto.

João Pessoa

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L732a Lima, Jefferson Araujo de.

Abordagem da oração subordinada adverbial em um
livro didático de português / Jefferson Araujo de Lima.
- João Pessoa, 2023.
38 f. : il.

Orientador: Magdiel Medeiros Aragão Neto.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2023.

1. Oração subordinada adverbial. 2. Livro didático.
3. BNCC-Base nacional comum curricular. I. Aragão Neto,
Magdiel Medeiros. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 801

TERMO DE APROVAÇÃO

JEFFERSON ARAÚJO DE LIMA

ABORDAGEM DA ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL EM UM LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras – Língua Portuguesa.

Trabalho de conclusão de curso avaliado em: 05 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Magdiel Medeiros Aragão Neto (DLPL)
(Orientador)

Profa. Dra. Margarete von Muhlen Poll (DLPL)
(Titular)

Profa. Dra. Fernanda Rosário de Mello (DLPL)
(Titular)

Prof. Dr. José Wellisten Abreu de Souza (DLPL)
(Suplente)

João Pessoa

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Cristo pelas oportunidades que me tem concedido, por esta em especial, a qual não imaginava viver e usufruir. Agradeço a Ele pela caminhada e pelas pessoas que me fez conhecer durante a caminhada, pela força e resiliência com que me capacitou durante todo este processo árduo, mas lindamente proveitoso.

Agradeço aos meus pais, Severino Oliveira de Lima e Sandra Araújo de Lima, por toda dedicação que tiveram comigo, pelo incentivo sem igual e por acreditarem sempre no meu potencial. Sem a base familiar, que privilegiadamente possuo, não chegaria a nenhum lugar. Agradeço a Deus pela vida dos meus pais.

Agradeço à Ianne Virgine por toda sua compreensão e apoio durante as importantes tomadas de decisão que tive em minha vida, em que muitas delas coincidiram com a minha travessia pela universidade. Sua graça e seus conselhos me foram companhia durante tantas idas e vindas pelas rodovias do nosso lindo Estado. Agradeço a tranquilidade e gentileza de suas palavras que desde sempre têm sido “a solução simples dos meus dias”. Se sou algo, é porque você me ajuda a ser.

Agradeço aos meus colegas, em especial a três, que sempre estiveram disponíveis a me ajudar/socorrer neste percurso regado de cafés e vãs filosofias: Aluízio Neto, Cynthia Falcão e Luís Antônio. Saibam, mais uma vez, que os admiro profundamente em cada uma de suas particularidades, e que procuro agregar à minha vida um pouco de cada um de vocês. Obrigado pela inestimável amizade e carinho, levo vocês comigo por onde sigo, pois como bem diz o poeta: “Na amizade não se tem partida, só se tem chegada.”.

Quero fazer menções honrosas ao meu orientador e professor, Magdiel Medeiros, que, com sua paixão pela sintaxe, fez com que se produzisse também em mim um sentimento de “apego pela regra”. Obrigado, professor, muito obrigado, pela disponibilidade, gentileza e simpatia. Além do excelente profissional que és, saiba que o senhor inspira pessoas a serem melhores, exemplifica que o suor também é alegria, e estimula a todos os seus alunos a serem profissionais compromissados com a divina tarefa que é lecionar.

RESUMO

Este é um trabalho de cunho sintático-semântico que tem por objetivo investigar como se dá a abordagem das orações subordinadas adverbiais no livro didático de português do 9º ano “Se liga na língua: leitura, produção de texto e linguagens” (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018). Para isso, embasamo-nos em gramáticos, a exemplo de Rocha Lima (2021) e Cunha & Cintra (2016), e linguistas, a exemplo de Vieira & Faraco (2021) e Travaglia (2002). Com relação ao ensino, fundamentamo-nos nos ditos preconizados pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Optamos pelas orações subordinadas adverbiais por estas serem muito utilizadas em gêneros narrativos e argumentativos, os quais são vistos pela BNCC como essenciais para os anos finais do ensino fundamental. Nossa análise ancora-se no paradigma interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), o qual nos permite inferir, a partir das leituras que compõem a fundamentação teórica deste trabalho, que o viés do *corpus* deste trabalho se enquadra no paradigma da linguística textual. O método para o desenvolvimento de nossa pesquisa ocorreu em duas partes: a primeira priorizando os conceitos dados pela gramática normativa às orações subordinadas adverbiais, com maior ênfase às condicionais, causais e temporais; e a segunda parte fazendo uma análise do livro didático acerca dos conceitos e propostas de exercícios para o trabalho com as orações subordinadas adverbiais, tendo em vista sempre as recomendações da BNCC. Buscamos averiguar se o livro didático compreende o aspecto gramatical em suas orientações; e se o material didático assume o texto como o principal objeto de estudo da aula de português, fazendo a partir dele as intervenções que lhe forem pertinentes. E pudemos, com isso, constatar que o livro didático tem uma tendência a considerar mais o aspecto semântico, do que o sintático.

Palavras-chave: Oração subordinada adverbial, livro didático de português, gramática, BNCC.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS NA GRAMÁTICA.....	5
2.1 Orações subordinadas adverbiais causais.....	11
2.2 Orações subordinadas adverbiais condicionais.....	14
2.3 Orações subordinadas adverbiais temporais.....	24
3. ANÁLISE DO LDP.....	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de cunho sintático e semântico pretende fazer uma análise a partir dos pressupostos da Gramática Tradicional e das orientações contidas na Base Nacional Comum Curricular (doravante, BNCC) (BRASIL, 2018) em relação à abordagem do ensino de orações subordinadas adverbiais em um Livro Didático de Português (LDP), com a intenção de averiguar se o livro de português encaminha, tanto o professor quanto o alunado, para a compreensão dos aspectos sintático e semântico que os arranjos das estruturas gramaticais permitem ao falante utilizar. Este trabalho parte do fato de que o LDP – compêndio aprovado pelos programas federais de ensino – é o material didático mais utilizado pelos professores em sala de aula. Porém, mesmo com o uso do LDP, muitos alunos terminam o ensino regular manifestando dificuldades para ler, interpretar e produzir textos, sejam eles orais ou escritos. Por esta razão, a análise do LDP se torna imprescindível, haja vista muitos professores o utilizarem como o único referencial teórico em sala de aula e, assim sendo, o LDP norteia as práticas de leitura e de produções textuais dos alunos.

O LDP escolhido como base para este trabalho foi o livro da Editora Moderna para o 9º ano do ensino fundamental “Se Liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem” (2018, 1. ed.), dos autores Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi. A escolha dessa obra se justifica pelo fato de ela ter sido escolhida pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)¹ para os anos de 2020 a 2023, com 533.775 distribuições, dentre 11 coleções disponibilizadas aos municípios brasileiros.

O ano escolar escolhido (9º) se justifica por este ser um ano de migração dos alunos do ensino fundamental para o ensino médio, sendo desta forma um ano crucial para o desenvolvimento das competências de: trabalhos em grupo – visando à vida em comunidade –; e para a análise de conteúdos de teor crítico-reflexivo – visando ao desenvolvimento pessoal e do exercício da cidadania. Essas competências são indicadas nas diretrizes da BNCC, documento que regulamenta e orienta as ações didático-pedagógicas para o ensino básico de todo o Brasil. Escolhemos trabalhar com a BNCC²,

¹ Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos> >. Acesso em 02 maio. 2023.

² Disponível em: < <https://www.proesc.com/blog/entenda-a-base-nacional-comum-curricular-bncc/> >. Acesso em 02 maio. 2023.

justamente por isso, e pelo fato de ela ter sido homologada em 2017, estabelecendo aos municípios brasileiros o dever de implementá-la em suas escolas até o final de 2019.

Com relação ao desenvolvimento dessas competências ditas acima, vale a pena destacarmos quando a BNCC (2018, **negritos nossos**) diz que:

“[...] a escola pode contribuir para o delineamento do **projeto de vida** dos estudantes, ao estabelecer uma articulação não somente com os anseios desses jovens em relação ao seu futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.” (BRASIL, 2018, p. 62).

Haja vista a diversidade de temas possíveis para se analisar, optamos por nos deter na abordagem do referido LDP à oração subordinada adverbial, doravante OSADV. A escolha da especificidade do tema consiste no fato de que o falante, em determinadas situações discursivas, tem a incumbência de explicitar as circunstâncias/condições do enunciado ao seu interlocutor, para que as necessidades interacionais sejam satisfeitas. Sendo assim, o falante da língua se vale, muitas vezes, de estruturas gramaticais compostas pelas OSADV.

Vale a pena destacar que a BNCC, em favor dos anos finais do Ensino Fundamental, orienta aos profissionais de língua portuguesa que realizem a análise dos modos como os textos noticiosos e argumentativos estão dispostos/estruturados, procurando perceber como as classes e as estruturas gramaticais contribuem para tal, dentre elas: “[...] adjetivos, locuções adjetivas, advérbios, **orações adjetivas e adverbiais**, orações relativas restritivas e explicativas etc. [...]” (2018, p. 181, **grifos nossos**). A BNCC ainda declara que essas estruturas gramaticais, com seus respectivos operadores argumentativos, contribuem para os movimentos de sustentação, refutação e negociação de sentido na construção de uma tese argumentativa. Isto é, o intuito do documento oficial é de que o aluno consiga entender o funcionamento da língua para que, no momento oportuno, possa utilizar tal recurso em seu favor, pois é decerto que o uso da língua e de seus sentidos não é desvinculado da estrutura gramatical.

Uma outra justificativa da escolha das OSADV se dá pelo fato de sua característica ímpar em relações às demais subordinadas, as adjetivas e as substantivas. Segundo Vieira

e Faraco (2021, p. 118, negrito dos autores) o processo de subordinação das adjetivas e completivas (substantivas) se dá pelo: “[...] **encaixe** sintático dessas orações num período incompleto³, ao passo [...] que o processo de subordinação da oração adverbial consiste na **adjunção**⁴ a um período já completo.” Dessa forma, os autores comprovam a singularidade das OSADV, enfatizando também a possibilidade de sua livre movimentação dentro da composição do período, levando em consideração as intenções comunicativas do locutor. À vista disso, os autores chegam a questionar se as OSADV podem ser consideradas como subordinadas⁵, porém mantêm o termo “subordinada” por uma questão organizacional do livro, justificando que o objetivo deles é abordar o funcionamento do constituinte na oração.

Aqui achamos por bem ressaltar algumas considerações sobre a gramática, que, a partir de sua “função regularizadora” (ANTUNES, 2007, p. 41), não consegue, por si só, desenvolver as habilidades comunicativas do falante da língua. Embasados em Travaglia (2002), partimos da hipótese de que o ensino de gramática na escola possui um valor indispensável para a devida construção do aluno enquanto cidadão, e cada vez mais autônomo diante das mais variadas situações de interação comunicativa, inclusive aquelas em que se espera determinado padrão social:

Tendo em vista que todo falante nativo tem competência no uso de pelo menos uma (ou algumas) variedade(s) da língua quando chega à escola, o objetivo mais pertinente e importante do ensino de língua materna seria *desenvolver a competência comunicativa desse falante*, ou seja, possibilitar que ele seja capaz de utilizar, de modo adequado, variedades da língua em que ele não tem competência ou tem competência limitada, levando-o a usar adequadamente cada vez um maior número de recursos disponíveis na língua para a produção de efeitos de sentido e, conseqüentemente, para a comunicação competente.” (TRAVAGLIA, 2002, pp. 156-157, itálicos do autor).

³ Faz-se necessário dizer que há contradições quanto a essa afirmação. Rocha Lima (2021, p. 367) indica que as orações subordinadas adjetivas explicativas são termos adicionais/acessórios, que caso retiradas não chega a prejudicar o entendimento da oração principal, que, assim sendo, pode subsistir sozinha.

⁴ “Adjungir (do latim *adjungere*) significa juntar, associar, reunir. É dessa palavra que vem o termo “adjunto” (do latim *adjunctus*).” VIEIRA; FARACO (2021, p.118, parênteses nossos).

⁵ Vieira e Faraco mencionam um outro termo chamado oração hipotática. (2021, p. 118).

Sendo assim, o ensino de teoria gramatical ganha um valor imprescindível para a devida aplicação prática pelos alunos em sua formação cidadã. Travaglia afirma que caso o ensino de gramática seja escanteado em sala de aula, os alunos terão “lacunas” (2002, p. 159) em sua constituição do saber, pois a gramática, assim como qualquer vertente científica, tem a sua utilidade para o mundo tal como o conhecemos. Ou seja, a gramática normativa possui um valor sociocultural efetivo que provê elementos para a devida comunicação nas diferentes facetas contextuais.

Tendo exposto isto, este trabalho parte das seguintes hipóteses: 1) a de que o LDP também deve, em seu conteúdo, orientar os alunos em relação ao aspecto gramatical recorrendo também aos aspectos do uso; 2) O LDP deve apresentar o(s) texto(s) como fator(es) motriz(es) para uma análise léxico-semântica, primando pelos significados e intenções comunicativas; e 3) o LDP deve aproximar a teoria gramatical da realidade interacional dos alunos.

Este trabalho está inserido em um paradigma interpretativista (BORTONI-RICARDO, 2008), pois nos propomos a investigar como se caracterizam os direcionamentos e as atividades de gramática no tocante às OSADV de um LDP, considerando a perspectiva dos autores do material didático prescritas no manual do professor. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica de conteúdos relacionados à gramática, com maior foco às contribuições de Rocha Lima (2021); e, em relação ao ensino de gramática, debruçamo-nos na abordagem de Antunes (2003; 2007) e de Travaglia (2002). Contudo, como tivemos que verificar os dizeres normativos do que a BNCC advoga como necessários ao ensino básico, fizemos também uma pesquisa documental, já que estamos nos referindo a uma lei que vigora em todo território nacional.

Diante disso, nosso trabalho se dividirá em duas partes: a primeira destinada a uma verificação dos conceitos cultivados pela gramática tradicional em relação às OSADV; e a segunda destinada em analisar e identificar, através das proposições e dos exercícios do LDP, em qual viés conceitual o material didático em questão se enquadra, se numa perspectiva da gramática tradicional ou se numa perspectiva textual.

2. ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS NA GRAMÁTICA

Segundo Antunes (2003, p. 85), a gramática “[...] compreende o conjunto de regras que especificam o funcionamento de uma língua.” Isso quer dizer que a gramática tem o caráter de “estabelecer padrões de uso” (2003, p. 89) para amplificar a competência comunicativa desses falantes. De acordo com a autora, os falantes de uma língua já carregam em si esses padrões de comunicação, haja vista estarem envolvidos numa comunidade linguística desde a infância, fator preponderante para a formação da comunicação verbal, seja ela oral ou escrita.

À vista disso, podemos afirmar que o falante sempre está imbuído de uma intenção comunicativa; e esta intenção gera uma determinada escolha estrutural/gramatical. Dessa maneira, as orações subordinadas são recursos sintáticos e semânticos, das quais o locutor se vale para exprimir as devidas informações/circunstâncias que são requeridas pela situação interacional, fato muito recorrente em entrevistas, depoimentos, artigos de opinião, enfim, em situações cuja descrição argumentativa (mais esmiuçada) se faça necessária.

Comumente os usuários de uma língua acionam três meios na linguagem verbal (orais ou escritos) para satisfazer as suas necessidades comunicativas: *a frase, a oração e os períodos*. Em Lima (2021, p. 285), considera-se *frase* todo enunciado, não necessariamente verbal, constituído de “sentido completo” num dado contexto interacional. Já a *oração* é concebida pelo gramático (2021, p. 287) como uma frase obrigatoriamente verbal, “[...] que se biparte normalmente em *sujeito e predicado*”. Para melhor visualização, vejamos a seguir nos exemplos 01 e 02 os versos de Sérgio de Castro Pinto⁶ (2017, p. 106; p. 35, *itálico meu*):

(01) *Frase nominal:*

A GIRAFA (VI): gravata/⁷ de corpo/ inteiro/ recém-saída / do tintureiro.

⁶ Os exemplos com os versos de Sérgio de Castro Pinto foram retirados de seu livro *Folha Corrida*, lançado em 2017 pela editora Escrituras.

⁷ As barras (/) aqui colocadas funcionam apenas para a separação dos versos do poema.

(02) *Frase verbal* (oração):

Didi *bate* a falta com efeito.

É interessante perceber que no exemplo 01 o conceito sobre a girafa trabalhado pelo escritor é destituído de verbos, principalmente do verbo *ser*. Todos os versos escritos comungam com o título e assim o leitor percebe que as frases declarativas do poema têm o seu sentido a partir do título do poema: girafa. É a partir das relações semânticas que nós, leitores, conseguimos acessar as omissões premeditadas pelo autor. A língua nos possibilitou/possibilita esse tipo de exercício numa contínua (in)fluência interacional.

Acerca da elipse dos verbos, e assim sendo, da ocorrência de frases nominais, Cunha e Cintra (2016, p.635) esclarece-nos que a elipse verbal, que ocorre no poema *A girafa*, é usada como recurso estilístico, justamente para se obter uma ênfase mais incisiva, taxativa.

No que concerne aos *períodos*, Cunha e Cintra (2016, p. 135) dissertam que estes são frases organizadas por uma oração – *período simples* – ou por mais de uma oração – *período composto*. Ainda segundo os autores, os *períodos compostos* subdividem-se em duas estruturas típicas, *coordenação e subordinação*. Os períodos compostos por *coordenação* são estruturalmente formados por orações independentes gramaticalmente (2016, p. 608), em que na maioria das vezes são unidas por uma conjunção integrante, a exemplo de “*que*” e “*e*”, mas que por vezes podem ocorrer sem a necessidade de um conectivo, sendo estas chamadas de *assindéticas* e aquelas chamadas de *sindéticas*.

(03) Período composto por *coordenação* (2016, p. 610, grifo dos autores):

(03a) *Assindética*: Será uma vida nova, / começará hoje, / não haverá nada para trás. /

(03b) *Sindética*: A Grécia seduzia-o, / **mas** Roma dominava-o. /

No que diz respeito aos períodos compostos por *subordinação*, estes são formados por orações que são dependentes gramaticalmente, em que a oração principal tem seu

sentido acrescentado pela oração que a subordina. No caso dessas orações, elas geralmente estão relacionadas por alguma conjunção subordinativa, subdividindo-se, de acordo com as funções que desempenham, em três classes: *substantivas*, *adjetivas* e *adverbiais*. Cada uma dessas classes possui outras subdivisões, sobre as quais não nos debruçaremos aqui em prol da economia e foco deste trabalho. Vejamos então um exemplo de cada tipo de oração subordinada que é apresentado por Cunha e Cintra (2016, pp. 614; 615; 619, grifos dos autores):

(04) Período composto por *subordinação*:

(04a) *Oração subordinada substantiva*:

A verdade é / **que eu ia falar outra vez de Noêmia.** /

(04b) *Oração subordinada adjetiva*:

Susana, / **que não se sentia bem,** / estava de cama.

(04c) *Oração subordinada adverbial*:

Não veste com luxo / **porque o tio não é rico.**

Reparemos que nos exemplos de subordinação, os grifos dos autores iniciam-se a partir das conjunções, geralmente são elas que indicam o começo de uma oração subordinada.

Assim como falamos na introdução deste trabalho, as OSADV, diferentemente das substantivas e adjetivas, têm o atributo de moverem-se dentro da construção do período composto sem que isso provoque agramaticalidade ou danos ao sentido pretendido. Nos exemplos 04a (substantiva) e 04b (adjetiva), causaria estranheza e até

agramaticalidade⁸ se nós alterássemos a posição das orações, principal e secundária. Vejamos:

(04a-1) **que eu ia falar outra vez de Noêmia**, / A verdade é /

(04b-1) **que não se sentia bem**, / estava de cama, / Susana. / *

(04b-2) estava de cama, / **que não se sentia bem**, / Susana. / *

(04b-3) Susana, / estava de cama, / **que não se sentia bem**. / *

Percebamos que, mesmo não sendo agramatical, a oração 04a-1 (substantiva) não consegue atender ao conforto satisfatório na comunicação, isto é, soa-nos estranho perceber que o verbo *ser* está isolado e deslocado de sua posição mais tradicional. A nossa gramática interna, já acostumada com uma determinada ordem das palavras, espera que depois do *ser* (*é*) tenha algum complemento, no caso, uma predicação do sujeito. Vemos que a alteração da posição dos constituintes da oração 04a-1 é até possível, mas, em favor da melhor compreensão, orienta-se que se respeite a ordem hegemônica na construção dos períodos.

Já no que se refere aos exemplos 04b-1, 04b-2 e 04b-3 (adjetivas), percebemos claramente a presença de agramaticalidade. Nenhuma das alterações feitas foram capazes de satisfazer e preservar o sentido da oração original, 04b: Susana, / **que não se sentia bem**, / estava de cama. Torna-se perceptível que, para que as demais construções oracionais sejam satisfatórias, a oração original, que se trata de uma oração subordinada adjetiva, deveria se transformar numa oração subordinada adverbial, pois para alcançar o êxito da satisfação lógico-gramatical somos impelidos a usar a locução adverbial *já que* (ou qualquer advérbio ou locução adverbial que lhe seja sinônima). Vejamos:

⁸ Segundo DUBOIS *et al* (2014, p.295, itálico dos autores): “Cada falante que, por definição, possui a gramática de sua língua, pode fazer sobre os enunciados emitidos *juízos de gramaticalidade*. Ele pode dizer se uma frase feita de palavras de sua língua está bem formada, com relação a regras de gramática que ele tem em comum com todos os outros indivíduos que falam essa língua; [...] o falante constata a gramaticalidade ou a agramaticalidade, ele não formula uma apreciação.”

04b-1.1 ***Já que não se sentia bem***, / estava de cama, / Susana.

04b-2.1 estava de cama, ***já que não se sentia bem***, / Susana.

04b-3.1 Susana, / estava de cama, / ***já que não se sentia bem***.

É interessante frisar que as nossas escolhas linguísticas são sempre pautadas pelo contexto interacional aliado à nossa gramática internalizada. Não há uso da linguagem sem organização gramatical e sem reflexão do modo como se fala, com quem se fala e para que se fala:

As pessoas, quando falam, não têm a liberdade total de inventar, cada uma a seu modo, as palavras que dizem, nem têm a liberdade irrestrita de colocá-las em qualquer lugar nem de compor, de qualquer jeito, seus enunciados. Falam, isso sim, todas elas, conforme as regras particulares da gramática de sua própria língua. (ANTUNES, 2003, p. 85).

Dito isso, vimos que as orações nos períodos, principalmente os compostos por subordinação, assumem funções sintáticas, ou seja, “[...] representam desdobramentos dos vários termos da oração principal [...]” (LIMA, 2021, p. 324). Dessa maneira, mediante a função que desempenham, as orações subordinadas classificam-se em: *substantivas, adjetivas e adverbiais*, contudo, como havíamos mencionado na introdução deste trabalho, nos deteremos apenas em analisar as proposições relacionadas às OSADV, pelo fato de elas serem mecanismos de causa e efeito, usadas para melhor explicitar as condições e os motivos da existência dos enunciados, sendo assim muito pertinentes à dissertação, à descrição e à argumentação – exercício muito requerido aos alunos a partir dos finais do ensino fundamental – como bem menciona a BNCC:

Utilizar na escrita/reescrita de textos argumentativos recursos linguísticos que marquem **as relações de sentido entre os parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos**, de maneira a garantir a coesão, a coerência e a progressão temática nesses textos [...] (BRASIL, 2018, p. 145, grifos nossos).

No que diz respeito às OSADV, Cunha e Cintra (2016, p. 618) afirmam que elas funcionam como adjuntos adverbiais⁹ de outras orações no período, geralmente sendo antecedidas por uma conjunção subordinativa, com exceção às conjunções integrantes que se destinam às orações subordinadas substantivas. Os gramáticos também mencionam que as OSADV possuem nove categorias, intituladas justamente pelas conjunções que as antecedem, a saber: *causais, concessivas, condicionais, conformativas, comparativas, consecutivas, finais, proporcionais e temporais*. Entretanto, Lima (2011, p. 353) e Cegalla (2008, p. 402) mencionam uma outra categoria às OSADV, as *modais*¹⁰, não apresentada na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Lima (2021) ainda relata que as OSADV possuem duas manifestações: as *desenvolvidas*, as mais típicas, antecedidas por conjunção; e as *reduzidas*, as quais têm seu verbo-núcleo no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.

Portanto, abordaremos as tipologias das OSADV, e ressaltamos que, em relação à gramática normativa, recorreremos aos argumentos de Lima (2021), e usaremos, vez por outra, Cunha e Cintra (2016) em notas de rodapé, visto que *A nova gramática do português contemporâneo* possui definições muito “enxutas”, muitas delas sem nenhum tipo de explicação minimamente satisfatória. Também justificamos que nos debruçaremos apenas sobre três categorias das OSADV, sempre atentos à economia e foco deste trabalho, baseados na declaração de Ataliba Castilho (2019, p. 373): “Dentre as adverbiais, as condicionais, temporais e causais têm sido mais estudadas.”. Escolhemos essas categorias também por conta de seu aspecto lógico-semântico, visto que elas corroboram para o fator argumentativo na construção dos períodos.

⁹ Segundo Cunha e Cintra (p.165), o adjunto adverbial “(...) denota alguma circunstância de fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio.

¹⁰ Segundo Lima (p. 353, parênteses, itálicos e maiúsculas do autor): “O modo (juntamente com o *tempo* e o *lugar*) é a mais fundamental das circunstâncias. [...] no plano do período composto por subordinação, a circunstância de modo somente aparece sob a forma de oração REDUZIDA (de gerúndio).”

2.1 ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CAUSAIS

Segundo Lima (2021, p. 341), “A oração causal indica o fato determinante da realização, ou não realização, do que se declara na oração principal.”. Em outros termos, o autor nos explica que a *causa* numa OSADV é uma explicação/sustentação que fundamenta a ocorrência da oração principal, doravante OP. O que o autor chama de “fato determinante” pode ser considerado como o motivo plausível da criação do enunciado.

Consideremos o exemplo proposto pelo autor de OSADV *causal desenvolvida* (2021, p. 341, itálico do autor):

(05) A formiga não receia o inverno, *porque* economiza no verão.

Podemos perceber que a existência da OSADV, “*porque* economiza no verão”, dá uma sustentação satisfatória – fato determinante – e justifica também a existência da declaração da OP, “A formiga não receia o inverno”.

Posteriormente, Lima ilustra as OSADV *causais reduzidas* (2021, p. 343, itálico do autor) com os seguintes exemplos:

(a) em gerúndio:

(06) *Conhecendo* o seu passado, confio no seu futuro;

(b) em infinitivo “regido das preposições *por* e *visto*, assim como pelas locuções *em razão de*, *em virtude de*, *em vista de*, *por motivo de*”:

(07a) Deus te ajuda *por* praticares o bem;

(07b) Deus te ajuda *visto* praticares o bem.

(07c) Deus te ajuda *em razão de* praticares o bem.

Podemos notar, nos exemplos pertinentes à conjugação verbal no infinitivo, que as preposições e locuções que antecedem a oração subordinada (doravante OS) são o que contribuem para que a OP “Deus te ajuda” tenha uma argumentação pertinente. O sentido da OP é potencializado pela oração subordinada resultante dela. Esse pequeno exemplo já nos indica que o trabalho com a gramática não deve ser o de apego à memorização da regra, mas, sobretudo, o da identificação dos sentidos e funções que determinados arranjos sintáticos proporcionam. Contudo, muitas vezes este trabalho voltado para a semântica, e, conseqüentemente, para os fatores contextuais que impulsionam determinadas escolhas linguísticas, é desconsiderado pela gramática normativa. Cabe ao usuário da língua escolher qual estrutura sintática suprirá exitosamente a sua necessidade interacional. Sobre isto, vale a pena atentarmos para as considerações de Antunes (2007, p. 41, *itálico da autora*), quando diz que:

[...] fica claro que a gramática da língua tem *funções*. A ela cabe especificar, desde a formação de palavras até a formação de frases, determinando quais as combinações de palavras impostas ou opcionais, qual a ordem possível para cada função dos termos.

Ademais, Lima (2021, pp. 342-343) nos adverte para observarmos a dupla funcionalidade das conjunções¹¹ *que* e *porque*, que ora funcionam como conjunções explicativas (valor coordenativo), ora como conjunções causais (valor subordinativo).

Para o valor coordenativo, o autor advoga que, como ocorre costumeiramente, as orações coordenativas iniciadas em *que* e *porque* introduzem uma ideia nova “[...] dentro de uma sequência do tipo A + A¹².” (2021, p. 342). Ou seja, são orações independentes semanticamente, porém, a entoação entre as orações é acometida de uma pausa, registrada graficamente, na maioria das vezes, por um ponto e vírgula, ponto simples e até vírgula. Todavia, a pontuação é um recurso da escrita que nem todo mundo sabe usar com essa finalidade. E na oralidade não existe o auxílio da pontuação e as pessoas não costumam

¹¹ Segundo Cunha e Cintra (2016, p.591) as conjunções “[...] são os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração.”

¹² Lima (2021, p.342), por uma questão mais prática, se refere às orações de caráter de independência semântica com a letra A. Sendo A + A um período composto por coordenação. Já as orações de caráter de dependência semântica são caracterizadas pela letra B, sendo o período composto por subordinação A + B.

fazer pausas para marcar o término de uma oração e o início de uma outra. Dito isso, vejamos o exemplo utilizado pelo gramático (2021, p. 342, itálico do autor):

(08) Não é oração aceitável a do ocioso; *porque* a ociosidade o dessagra.

Reparemos que o sentido da oração (1) “Não é oração aceitável a do ocioso” já está completo, ou seja, não sentimos ausência de mais argumentos/elementos para entendê-la. Já a oração (2) “*porque* a ociosidade o dessagra” apenas justifica a ocorrência da principal, introduzindo uma ideia nova, porém tendo em si independência gramatical.

No que concerne ao valor subordinativo, Lima aponta que as conjunções *que* e *porque* compõem uma oração que funciona como adjunto adverbial dentro de uma oração dependente. Isto é, as orações presentes em um período composto por subordinação possuem valores semântico-sintáticos distintos, em que uma oração é considerada principal e a outra secundária: “[...] dentro de um esquema do tipo *determinado + determinante*, ou por outras palavras: *principal + dependente*. E entre elas existe, necessariamente, uma relação de “causa” e “consequência”.” (LIMA, 2021, p. 342). Isso implica dizer que a OS apresenta um motivo para a ocorrência da consequência da OP. Reparemos que a natureza da OS a partir de sua dependência semântica quebra o olhar meramente normativo da gramática. Vejamos o seguinte exemplo proposto pelo autor (2021, p.343):

(09) O capitalista se matou / *porque* estava arruinado.

No exemplo 09, Lima explica que a OS “*porque* estava arruinado” indica o fator *determinante* para que a OP “O capitalista se matou” tenha ocorrido, dando a entender que se o capitalista não estivesse arruinado, ele estaria vivo, pelo menos neste contexto específico. Ou seja, podemos notar claramente o entrelaço da OP com a OS, ambas corroborando para a melhor explicação/argumentação do sentido. Desta maneira, a OS é considerada como a *causa* e a OP como a *consequência*.

Foi-nos perceptível que as OSADV causais são muito utilizadas para argumentar a sequência dos acontecimentos em um período composto. Em que a relação semântica entre OP e OS passa necessariamente entre a causa de uma e, previsivelmente, a consequência da outra. Dito isso, passemos agora às conceituações relacionadas às OSADV condicionais.

2.2 ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS CONDICIONAIS

Segundo Lima (2021, p. 346): “A oração condicional apresenta a circunstância de que depende a realização do fato contido na principal.” Isto é, na relação de dependência semântica, a oração condicional (OS) indica argumentos para a (possível) realização ou não realização da OP, por esta razão as condicionais também são chamadas de hipotéticas, por conta das conjunções que as caracterizam. Lima ainda enfatiza quais são os sentidos que essas orações geralmente possuem, a saber:

(a) hipótese irrealizável (p.346, 2021, itálico do autor):

(10) *Se eu tivesse vinte anos, / casar-me-ia com você.*

(b) realização possível, provável (p.346, 2021, itálico do autor):

(11) *Se algum dia eu ficar rico, / não me esquecerei de meus amigos.*

(c) desejo, anseio (esperança), pesar (p.346, 2021, itálico do autor):

(12) *Ah! – se eu soubesse!...*

Se ele deixasse...

Se a gente não envelhecesse!...

Reparemos que a escolha por uma OSADV condicional não só interfere na dependência semântica das orações, como também na escolha do modo verbal¹³. Vale a pena ressaltar que o modo subjuntivo dos verbos está intimamente ligado às orações subordinadas, um detalhe que pode facilitar nossa compreensão. No que concerne às OSADV condicionais, a escolha do sentido que se quer atingir altera o modo em que o verbo está/estará conjugado. Veja que no sentido da hipótese irrealizável (10) e no sentido de desejo/anseio/pesar (12), o verbo *ter* está conjugado no pretérito do modo subjuntivo. Já no exemplo (11), o sentido de realização possível impele à estrutura o uso do verbo no futuro do modo subjuntivo. Observe como tudo está interligado na língua e como tudo cumpre o seu devido propósito.

Percebemos que o autor tem o cuidado de, além da mera classificação e listagem, exemplificar os sentidos mais comuns das condicionais. É um fato a se enfatizar, visto que alguns gramáticos não se preocupam em levar a semântica em consideração em suas análises. Posteriormente, Lima declara (2021, p.346) que a conjunção típica da oração condicional desenvolvida é *se* – como vimos nos exemplos acima –, a qual exige que o verbo esteja conjugado no modo subjuntivo.

Lima aponta ainda que se torna lícito o modo indicativo do verbo, mais precisamente quando a declaração indicar fato real ou considerado como real, entrando em contradição com outro acontecimento. Vejamos o exemplo (2021, p. 346, itálico do autor):

(13) Como queres progredir, / *se* não te esforças no trabalho?

Vejamos que a OP “Como queres progredir” é condicionada pela OS “*se* não te esforças no trabalho?”. A movimentação sintática nesse período é permitida podendo ser OS + OP, pois o sentido do período permaneceria preservado. Podemos também observar a contradição presente entre as duas orações. A condição da OS passa a servir de razão para o não acontecimento da OP. E, por fim, os verbos do período *querer* e *esforçar* estão conjugados no presente do modo indicativo.

¹³ Segundo Cunha e Cintra (2016, p.394, parágrafos dos autores) os modos verbais são: “[...] as diferentes formas que toma o verbo para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia. Há três modos em português: o indicativo, o subjuntivo e o imperativo.”.

Segundo o autor, a manifestação *desenvolvida* de uma OSADV condicional geralmente inicia-se pelas seguintes conjunções e locuções conjuntivas (2021, p. 346): *se, caso, contanto que, dado que, desde que, sem que, uma vez que, a menos que*. Vejamos mais um exemplo usado por Lima (p. 347, itálico do autor):

(14) *Uma vez que* desapareça a causa, / cessará o efeito.

Contudo, o gramático (2021, p. 347) faz uma ressalva alegando que as conjunções e locuções conjuntivas *contanto que, sem que, a menos que, e, salvo se*, acrescentam uma “força imperativa” maior que as demais já citadas. Ademais, o autor alerta-nos para a exigência – influência semântica – que as ditas conjunções corroboram e condicionam para a existência de determinadas conjugações e modos verbais. Vejamos os exemplos (p.347, 2021, itálicos do autor, negrito meu):

(15) Não dê conselhos, / *sem que* lhe sejam pedidos.

(16) Não dê conselhos, / *a menos que* lhe sejam pedidos.

(17) Não dê conselhos, / *salvo se* (exceto se) lhe **forem** pedidos.

(18) Não dê conselhos, / *contanto que* lhe sejam pedidos.

Notemos que a locução conjuntiva *salvo se* (17) induz a uma modificação peculiar na locução verbal da OS, que passou de *sejam pedidos* para *forem pedidos*. O que se alterou, especificamente, foi o tempo do modo subjuntivo do verbo *ser*, que passou de (*sejam*) presente do subjuntivo para (*forem*) futuro do subjuntivo. Nesses exemplos, é cada vez mais claro e perceptível que a simples memorização de determinadas conjunções e locuções adverbiais não nos daria/dará a certeza do uso mais apropriado de uma conjunção em detrimento de outra, porque toda escolha linguística acarreta numa formação estrutural específica.

No que diz respeito à forma reduzida, Lima indica que as conjunções condicionais podem ocorrer da seguinte maneira (2021, pp. 347-348):

(a) Gerúndio:

(19) Desaparecendo a causa, / cessará o efeito.

(b) Particípio:

(20) Desaparecida a causa, / cessará o efeito.

(c) Infinitivo:

(21) A desaparecer a causa, / cessará o efeito.

Ao estudarmos as OSADV condicionais, concluímos que o efeito hipotético que exprimem não se dá apenas pela existência das conjunções condicionais, mas também pelo modo em que o verbo está conjugado. Percebemos que toda escolha linguística, inclusive de termos específicos, condiciona a uma estruturação gramatical também específica. Nada é aleatório na linguagem. Posto isso, passemos a examinar a ocorrência das OSADV temporais.

2.3 ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS TEMPORAIS

No que se refere às OSADV temporais, Lima (2021, p.354) advoga que estas estão imbuídas do exercício de explicitar um acontecimento que tenha ocorrido *antes*, *durante* ou *depois* que outro. E, de igual forma às causais e às condicionais, as OSADV temporais também possuem duas maneiras de ocorrência: a desenvolvida e a reduzida.

Como já vimos anteriormente, o gramático tem a cautela de chamar nossa atenção para os sentidos e ideias expressados pelas conjunções, para que não sejamos levados à simples memorização delas, o que ocasionaria numa maneira equivocada de classificação das conjunções e, sucessivamente, das OSADV. Dessa maneira Lima exemplifica as conjunções que geralmente são usadas para as OSADV temporais desenvolvidas da seguinte maneira (2021, p. 354, itálicos do autor):

(a) *Quando*, geralmente usada para indicar uma informação “mais ou menos vaga” (inexatidão), na representação de uma ocasião em que se passa um fato:

(22) *Quando* a morte chegou, / encontrou-o em paz com Deus.

Percebemos três pontos principais acerca da natureza semântica do advérbio temporal *quando*. O 1º) consiste, de fato, na incerteza e imprecisão da ocorrência de um fato. O 2º) consiste na dependência semântica que gera o advérbio *quando*. Podemos notar que depois de sua manifestação, a ocorrência de uma OP (independente semanticamente) se torna obrigatória. Apenas a OS “*Quando* a morte chegou” não satisfaria os argumentos intrínsecos a este período. E, 3º) percebemos a liberdade de movimentação da OS e da OP, podendo formar um período OS + OP, como também um OP + OS. Neste caso, a “ordem dos fatores” não alterará o resultado.

(b) *assim que, logo que, tanto que, mal que, mal, apenas*, geralmente usados: “Para assinalar fato imediatamente anterior a outro (...)” (2021, p.354):

(23) *Assim que* o professor entrou, / os alunos se levantaram.

(24) O rapaz, / *apenas* viu a ex-noiva, / ficou pálido e trêmulo.

O exemplo 23 segue o mesmo padrão do exemplo 22, os critérios são os mesmos, os mesmos pontos a que nos referimos no parágrafo anterior. Já o exemplo 24 nos traz algumas configurações diferentes. Geralmente, o falante do português brasileiro se vale de uma ordem típica/preferencial na construção das orações, a saber: sujeito + verbo + complemento. Chamaremos essa ordem tradicional de SVC, a qual constitui a base de análise sintática proposta por Vieira e Faraco (p. 95, 2021).

O período composto “O rapaz, / *apenas* viu a ex-noiva, / ficou pálido e trêmulo” não se encontra na ordem tradicional, SVC, pois o sujeito (O rapaz) está separado do predicado por conta da OSADV (*apenas* viu a ex-noiva), condicionando, desse modo,

este período à seguinte ordem: S, A¹⁴, VC. Vejamos que a OSADV temporal é devidamente separada por vírgulas, pois sabemos que, segundo a gramática normativa,¹⁵ o sujeito não pode ser separado por vírgulas de seu predicado, a não ser em algumas exceções, como essa, em que há uma inserção explicativa das circunstâncias da OP concernente à emersão de uma OSADV.

Vimos na introdução deste trabalho que a mobilidade das OSADV é uma de suas características mais peculiares e, assim sendo, a mobilidade, garantida sintaticamente na grafia pelo uso das vírgulas, é obrigatória para toda a OSADV, e não apenas para uma parte dela. Vejamos outros exemplos de ocorrência para esse período composto (24).

(24a) *Apenas* viu a ex-noiva, / o rapaz ficou pálido e trêmulo. (A,SVC).

(24b) O rapaz ficou pálido e trêmulo, / *apenas* viu a ex-noiva. (SVC,A)

(24c) O rapaz ficou pálido e trêmulo, *quando* viu a ex-noiva. (SVC,A)

Observemos que pelo teste da mobilidade, a OSADV tem falhas em sua aplicação direta e literal. Mesmo que o exemplo 24b seja coerente, a força semântica do advérbio *apenas* pede uma pausa maior depois da enunciação da OP, o que não ocorre quando se utiliza o termo *quando* no lugar do *apenas*. Ambos os termos são conjunções temporais, porém, pela localização no final do período, o uso de *quando* acaba por ser mais adequado, haja vista nós o usarmos geralmente para finalizar explicações, ao invés do *apenas*, que geralmente é utilizado no início de períodos compostos para estabelecer marcações e ênfases. Faraco e Vieira (2021, p.118) confirmam que em determinadas construções de períodos compostos as orações adverbiais ficam “mais presas” à direita ou à esquerda do período, como pudemos observar no exemplo 24b e 24c.

(c) *Antes que, primeiro que*, expressões adverbiais que geralmente são utilizadas para: “Fato posterior a outro (...)” (2021, p.354):

¹⁴ A letra A, neste caso, significa adjunto adverbial – a função sintática de uma OSADV.

¹⁵ Segundo Cunha e Cintra (2016, p. 664): “[...] os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula. Esta é a razão porque não é admissível o uso da vírgula entre uma oração subordinada substantiva e a sua principal. [...]”.

(25) Você deve estudar um pouco mais, / *antes que* comece a ensinar.

(d) *Enquanto*, geralmente é usado para designar (2021, p.354): “A duração de um fato ou a simultaneidade de acontecimentos (...)”. Em determinados casos como é o do exemplo 26, o *enquanto* consegue abarcar os dois sentidos:

(26) *Enquanto* morou aqui, / procedeu com muita correção.

(27) Malha-se o ferro / *enquanto* está quente.

No caso do advérbio *enquanto*, percebemos que independentemente de sua posição, seja no início ou no final do período, ele mantém o “sentido original” preservado.

(e) As locuções *sempre que*, *cada vez que*, *todas as vezes que*, geralmente são usadas para demonstrar (2021, p. 354): “A iteração, ou repetição periódica (...)”, isto é, a ação não difere de algo que já tenha ocorrido, pelo contrário, continua a repetir-se *toda vez que*, *sempre que*, *cada vez que*:

(27) *Sempre que* a vejo, / sinto-me inibido.

(f) Rocha Lima (2021, p. 355) chama a atenção para **o trabalho em conjunto de uma dupla de locuções conjuntivas**, a saber: *desde que* – que possui o mesmo sentido de “a partir do momento que” e assim fixa o “início de um ato duradouro” – em conjunto com a locução *até que* – que indica o limite da ação ocorrida.

(28) O homem sofre / *desde que* nasce / *até que* morre.

Neste caso, em especial, a ocorrência de *desde que* obrigatoriamente exige a ocorrência de *até que*, pois ambos são marcadores conversacionais, e agindo conjuntamente orientam o interlocutor sobre o tempo do fato ocorrido. Vale a pena ressaltar que a aparição de *desde que* também é possível de maneira individual. Mesmo sem ter sido mencionada por Lima, atentemos que semanticamente *desde que* tem o mesmo sentido das conjunções e locuções conjuntivas *assim que*, *logo que*, *tanto que*, *mal que*, *mal* e *apenas*, que geralmente são recursos: “Para assinalar fato imediatamente anterior a outro [...]” (2021, p. 354). Falamos com maior foco deste tipo de sentido na alternativa “b” deste subtópico.

Nas ocorrências da forma reduzida, Lima nos ensina que as OSADV temporais são representadas por (2021, p. 355):

(a) Gerúndio:

(29) *Chegando (em chegando)* o inverno, / a cigarra bateu à porta da formiga.

(30) *Tendo chegado (sendo chegado)* o inverno, / ...

(b) Infinitivo, quando precedido de *ao*, ou *até*, ou *antes de*, ou *depois de*, etc.:

(31) *Ao amanhecer*, / os galos cantam com alegria.

(32) *Entre por essa estrada*, / *até encontrar* uma cruz de pedra.

(33) *Estude bem essa lição*, / *antes de passarmos* a outra.

(c) Particípio, às vezes também usado com a presença posterior de *que* em conjunto ao verbo *ser*:

(34) *Terminado* o exame oral, / o inspetor leu as notas dos aprovados.

(35) *Terminado que foi* o exame oral, / ...

Lima ainda indica uma outra forma reduzida das OSADV temporais, em que “a circunstância de tempo ainda pode assumir forma de oração justaposta.” (p.355, 2021).
Vejam os exemplos:

(36) Não o vejo / *há duas semanas*.

(37) *Faz quase meio século*, / deixávamos o nosso país.

Em relação às OSADV temporais, podemos concluir que elas contribuem para a melhor especificação de quando os eventos ditos no período composto sucederam, haja vista que a própria conjugação verbal também nos indica o tempo da ocorrência dos fatos. Assim sendo, passemos agora para a análise do livro LDP, providos de atenção para verificar como é realizado o trabalho com as OSADV no material didático.

3. ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS

Como dissemos no início deste trabalho, partimos do pressuposto de que o LDP é o material didático mais utilizado pelo professor de português em sala de aula, seja por questões estratégicas e curriculares, seja por “comodismo” e/ou acessibilidade. Partimos também do pressuposto de que, sendo assim, o LDP passa a nortear as práticas docentes e o ensino de língua em sala de aula. Reiteramos que o nosso trabalho não é o de classificar negativa ou positivamente o LDP em questão; antes o de, através dos dizeres da BNCC, verificar, a partir das análises feitas, se os autores do LDP viabilizam conexões com o que há de orientação no conteúdo – competências e habilidades – da própria BNCC.

Dado o grande número de assuntos que são abordados num LDP, achamos por bem nos deter apenas na análise dos exercícios e orientações referentes às OSADV, haja vista elas serem mecanismos argumentativos e descritivos na defesa e explicitação de determinadas circunstâncias e narrativas. Assim sendo, as OSADV tornam-se imprescindíveis ao ensino de língua e ao que é orientado aos anos finais do Ensino Fundamental, visto que com a exigência dos textos dissertativos-argumentativos nos vestibulares mais recentes, o foco dos professores de português tornou-se mais apurado para esse tipo determinado de escrita.

De acordo com o manual do professor do LDP “Se Liga na Língua: leitura, produção de texto e linguagem” (2018. 1. ed.), os autores Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi dissertam que, em relação às OSADV, eles procuraram evitar em seu LDP a mera classificação das orações (2018, p. 232), e muitas das vezes das conjunções que as configuram, por verem que apenas isso não levaria os alunos à reflexão crítica e à análise dos fenômenos da língua e dos momentos específicos de interação. Embasados na BNCC, eles afirmam que: “Assim como propõe a BNCC em sua CG¹⁶ 2, entendemos que o aluno deve ser estimulado a recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão e a análise crítica” para “investigar causas, elaborar e testar hipóteses”. (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018, p.17, aspas dos autores).

Os autores também fundamentam a organização do LDP com os dizeres de Possenti (1996) em seu famoso texto “*Por que (não) ensinar gramática na escola*”, mais

¹⁶ CG = Competências gerais da Educação Básica.

precisamente quando Possenti indica a existência de três gramáticas, a normativa, a descritiva e a internalizada, e conseqüentemente, a existência de três perspectivas de ensino de língua. Para Ormundo e Siniscalchi (2018, p.17) é responsabilidade das aulas de português conduzir o alunado a uma gramática que vise, primordialmente, à descrição e à discussão dos fenômenos da língua, com a finalidade de esclarecer que diante das variadas situações de interação, o falante terá que acessar as gramáticas que lhe são disponíveis e, desse modo, escolher a construção frasal que melhor lhe apetecer.

O LDP em questão se divide em oito capítulos, e a cada dois capítulos formam um bimestre é formado. Ao todo são quatro bimestres no ano letivo, os quais estão dispostos da seguinte maneira: **1º bimestre:** 1) Poema-protesto: a voz em ação, e 2) Carta-aberta: o coletivo em primeiro plano; **2º bimestre:** 3) romance: Uma história bem comprida, e 4) Biografia: o registro escrito da vida; **3º bimestre:** 5) Charge: que delícia de provocação, e 6) Conto psicológico: o mundo de dentro; e por fim o **4º bimestre:** 7) Conto e romance de ficção científica: um pé no futuro, e 8) Artigo de divulgação científica: a arte de tornar simples o complexo. Podemos notar que o livro está estruturado por gêneros textuais.

Dito isto, nosso objeto de análise, que consiste nas OSADV, está contido no capítulo 7: conto e romance de ficção científica: um pé no futuro. A escolha deste capítulo-gênero para a inserção do estudo das OSADV se dá pelo fato da narrativa ser um dos meios mais comuns de que o falante se vale para descrever as mais diversas situações (reais ou fictícias). Ou seja, o falante certamente usará as OSADV para adequadamente falar com precisão sobre as circunstâncias de sua narrativa. Interessante perceber também que o capítulo-gênero posterior, 8 *artigo de divulgação científica*, também é um gênero em que o uso das OSADV é comum, portanto, os organizadores do LDP posicionaram o estudo das OSADV de maneira acertada e estratégica.

Para proceder com o estudo das OSADV, por vezes chamada pelos autores de “orações que expressam circunstâncias”, os organizadores do LDP fazem o que é recomendado pelos estudiosos da linguística e pelas orientações da BNCC: fazer do texto o principal objeto de estudo das aulas de português, desvinculando as aulas de gramática daquele modelo que primava pelo uso de frases isoladas, destituídas de contexto e, assim sendo, do cumprimento de um objetivo comunicativo.

Logo de início, como apresentação do tema, os alunos se deparam com uma tirinha, que mesmo com poucos balões textuais, é pertinente às OSADV e ainda ilustra, em análise comparativa, como os fatores extratextuais também são importantes para a emissão e compreensão de significados. Percebemos, não só neste exemplo, como por todo o livro, que o texto é considerado pelos organizadores do LDP como o objeto de estudo da aula de português, e que a partir dele acontecem os demais desdobramentos em relação à língua. Ormundo e Siniscalchi (2018) atestam esse protagonismo do texto ao citarem no Manual do Professor as competências específicas (7 e 8) de língua portuguesa para o ensino fundamental explícitas na BNCC:

7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e **negociação de sentidos**, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para **leitura integral**, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, etc.). (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018, p. 47, negrito meu, parênteses dos autores).

Vejamos, na sequência, o texto-base usado pelos autores como introdução aos estudos das OSADV, uma charge criada pelo desenhista Luigi Rocco (2018, p. 229):



Posterior a essa tirinha, algumas perguntas orientam os alunos à reflexão e à análise comparativa das frases e de seus respectivos contextos:

1. Que recurso é o principal responsável pelo humor da tirinha? Analise como esse recurso foi explorado.
2. As duas falas são queixas acerca da falta de privacidade. O que é sugerido pela sequência dos quadrinhos?
3. Transforme o período composto contido no primeiro balão de fala em um período simples. Para isso, substitua o verbo *inventar* por um substantivo cognato (com o mesmo radical). (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018, p. 229, itálico e parênteses dos autores).

Reparemos que as duas primeiras questões não estão atreladas às regras gramaticais, dando assim maior ênfase à questão semântica e contextual (personagens, cenário). Já a questão três pede uma transformação do período composto para o período simples. Para isto, os autores aconselham que os alunos substituam o verbo *inventar* pelo seu substantivo cognato, *invenção*. Porém, os organizadores perderam uma chance de problematizar o funcionamento da estrutura da língua quando deixaram de perguntar “**o porquê de a substituição do verbo *inventar* ser tão necessária?**” Essa pergunta faria um desdobramento para as seguintes soluções: 1ª) o que é período simples e o que é período composto; 2ª) a distinção e a identificação da oração principal e da oração subordinada; e 3ª) a exigência dos argumentos¹⁷ verbais e dos complementos relativos à locução verbal *depois que*.

Os organizadores explicam alguns conceitos tendo como base o texto-tirinha que introduziu o tema das OSADV. Para isso, utilizam a resolução da questão três, que segundo o Manual do Professor seria (2018, p. 229): “Depois da invenção dessas câmeras acabou nossa privacidade”. Ormundo e Siniscalchi afirmam que a resolução da terceira questão carrega em si uma **relação temporal**, e comparam a resposta da questão três com uma outra, a saber: “**Agora** acabou nossa privacidade”. (2018, p. 230, negrito dos autores). Assim sendo, os autores fazem uma exemplificação dos termos que atuam como

¹⁷ Segundo Castilho (2019, p.263, itálico do autor) o argumento “[...] passa a designar os constituintes sentenciais dependentes de um predicador. Há o *argumento externo*, ou sujeito, assim denominado porque é gerado fora do sintagma verbal, e os *argumentos internos*, ou complementos, gerados dentro do sintagma verbal.

adjunto adverbial de tempo nas diferentes construções gramaticais, com as quais os alunos acabaram de ter contato. E descrevem as três orações (2018, p. 230, negrito dos autores):

Agora acabou nossa privacidade.

(Agora = adjunto adverbial)

Depois da invenção dessas câmeras acabou nossa privacidade.

(Depois da invenção dessas câmeras = adjunto adverbial)

Depois que inventaram essas câmeras, acabou nossa privacidade.

(Depois que inventaram essas câmeras = oração subordinada adverbial de tempo)

Colocada a exemplificação das 3 frases estudadas, e de como elas atuam como adjuntos adverbiais, os organizadores definem a(s) OSADV como: “[...] uma oração que funciona como adjunto adverbial”; e que: “[...] acrescentam circunstâncias – tempo, causa, condição, comparação etc.” (2018, p.230). Contudo, Ormundo e Siniscalchi desconsideram algumas etapas que poderiam servir de retomada de um conteúdo ministrado anteriormente, pois ao compararem as orações que carregam o mesmo valor temporal, deveriam também as diferenciar no que corresponde ao seu aspecto sintático, pois o primeiro e o segundo exemplos correspondem a um período simples, enquanto o terceiro exemplo, a frase retirada da tirinha, corresponde a um período composto.

Os autores do LDP, ao nosso ver, não apresentam a diferença ímpar que caracteriza as OSADV, atributo que as diferencia das demais subordinadas, a possibilidade da sua mobilidade dentro da construção de um período composto; e que, dependendo da intenção do locutor, a ênfase de uma construção SVC,A (a mais comum) pode ser alterada para A,SVC; S,A,VC; etc. já que ao ensino fundamental a BNCC (2017, p.77, grifos meus) preconiza, no tocante à produção textual, que é objetivo do aluno:

Organizar e/ou hierarquizar informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico discursivas em jogo: Causa/efeito; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.

Neste trabalho, já vimos que a hierarquia das informações, em sua ordem tradicional ou alterada, irrompe diferentes sentidos. Essa capacidade de mover as peças da estrutura da língua e colocá-las ao seu dispor também é uma das habilidades a ser desenvolvida na sala de aula pelos professores. Essa tarefa de domínio da (re)organização das sentenças também é prescrita na BNCC, mais especificamente, no Eixo da análise linguística/semiótica (BRASIL, 2017, p. 83):

Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada [...] e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.

O primeiro subtópico contido no tópico “Orações que expressam circunstâncias” aborda justamente o “Valor semântico das conjunções” – classe de palavras que encabeça a maioria das OSADV. Seguindo a mesma proposta que considera o texto como a base para os devidos desdobramentos na aula de português, Ormundo e Siniscalchi valem-se novamente de uma tirinha, desta vez de autoria de Fernando Gonsales (p. 230). Vejamos:



De igual modo à primeira tirinha, nesta última também há algumas perguntas reflexivas, que norteiam a discussão sobre o(s) significado(s) da(s) conjunção(ões), (p.230, grifos meus):

1. Por que o enquadramento é um recurso importante para o **efeito** humorístico dessa tirinha? 2. Como você completaria a oração que está no segundo balão de fala, **revelando o que está implícito**? 3. Qual palavra é responsável por **relacionar** a oração que está no balão e a que você usou para completá-lo?

Percebamos que em todas as perguntas o sentido e o efeito das palavras, e da própria tirinha como um todo, é que obtêm o protagonismo do questionamento, o cerne da questão. Vejamos também que os autores levam os alunos a refletirem sobre o texto, a partir de suas características visuais e grafais. Ou seja, tudo do texto está sendo aproveitado, não deixando vácuos para improvisos durante a ação didática. E vale a pena atentarmos com maior apuro para a terceira questão que introduz os alunos à relação semântica das conjunções e de como suas aparições no texto contribuem significativamente para a criação do sentido pretendido pelo autor, no caso, humorístico.

É válido de se ressaltar um adendo feito pelos organizadores direcionado aos alunos, em que eles alertam para os sentidos diferentes da conjunção *como* em seus respectivos contextos. Vejamos:

Você reparou que a palavra *como* pode funcionar como uma conjunção de causa e de comparação? Ela pode, ainda, ter outros valores, **por isso não é útil decorar as conjunções ou locuções conjuntivas, relacionando-as ao tipo de oração**. Em vez disso, procure reconhecer os sentidos delas nos enunciados. (ORMUNDO e SINISCALCHI, 2018, p. 231, negrito meu).

Notemos que as ações sugeridas pelos organizadores são duas: 1) a não memorização das conjunções atribuindo a elas um tipo específico de oração subordinada; e 2) o reconhecimento dos sentidos, pois dessa forma não haverá equívocos na compreensão dos enunciados. Essa postura mais voltada à compreensão dos sentidos dos enunciados (semântica) em detrimento da mera memorização (apego à regra) é algo que tem sido muito debatido e reforçado pelos teóricos da língua. Travaglia (1996, p. 220) atesta essa ineficácia do ensino de língua tradicional, desprovido de reflexão e de argumentos que o sustentem, ensino este que é geralmente desenvolvido nas salas de aula de português:

[...] resultados que tem caracterizado como infrutíferos os estudos teóricos da língua materna no Ensino Fundamental e Médio, tal como ele tem, normalmente, sido desenvolvido: por meio de atividades de memorização sem compreensão, por meio da formulação e apresentação de macetes e dicas sem pertinência e sem base científica, por meio da apresentação e imposição de uma visão única dos fatos da língua, frequentemente com distorções inaceitáveis [...].

Fazer com que o aluno perceba os mecanismos da linguagem, como estes funcionam e como imprimem diferentes sentidos, e fazer percebê-los que a maioria das construções frasais e dos períodos compostos têm os verbos como carro-chefe, inclusive para a devida análise sintática, é de suma importância para a autonomia dos usuários da língua em seus momentos de interação. Cabe ao professor fazer com que seus alunos se sintam confortáveis em manusear as ferramentas da linguagem.

Adiante, na página 232, os autores explicam “Outras maneiras de expressar circunstâncias”: as orações subordinadas adverbiais reduzidas. Como já vimos anteriormente, as OSADV reduzidas se caracterizam pela ausência das conjunções, vez por outra pela aparição de uma preposição e pela configuração verbal disposta no gerúndio, no infinitivo ou no particípio. Contudo, percebemos uma certa carência de informações no que diz respeito às orações reduzidas (doravante OR) no LDP. Os autores dizem apenas o seguinte sobre as OR (p.232, grifos meus):

Nos exemplos anteriores, uma **conjunção** ou **locução conjuntiva** introduziu as orações que expressam circunstâncias. Há situações, porém, em que essas orações são introduzidas por preposições ou são incluídas no período sem conector.

Os autores indicam apenas no manual do professor que as OR possuem o verbo em sua forma nominal: gerúndio, particípio e infinitivo; com o adendo de que essa informação viria a ser explicitada no capítulo posterior (8). Contudo, achamos que esse “hiato” de informação é incompreensível. Por que não falar sobre algo que é tão importante quando o assunto sobre as OR começou a ser abordado? Inclusive, depois dos exemplos – frases destituídas de contexto – que Ormundo e Siniscalchi utilizam, eles introduzem uma série de sugestões de exercícios para os alunos. Ora, ou se falava sobre todas as características da OR, ou deixaria para abordá-las por completo apenas no capítulo 8.

Todo especialista da língua sabe que a análise sintática geralmente se vale do verbo (sua regência e sua conjugação) para, a partir dele, trabalhar os demais termos na construção do período. E no que concerne às OR, a atenção maior dada ao verbo é essencial, pois: 1º) para termos um período composto é necessário a existência de dois ou mais verbos compondo pelo menos duas orações distintas, sejam elas coordenadas ou subordinadas; 2º) a conjugação do verbo dirá se ele é ou não uma oração desenvolvida ou reduzida; e 3º) é a partir do desenvolvimento de uma oração reduzida que teremos a devida compreensão a qual sentido a oração reduzida se refere, e, assim sendo, a qual classe ela pertence: substantiva, adjetiva ou adverbial.

Depois dessa mínima explicação acerca das OR, os autores apresentam algumas frases para exemplificá-las (p. 232, marcações dos autores):

(38) Ele fará a prova **sem ter estudado**. [embora não tenha estudado]. (relação de concessão).

(39) Saiu da sala **para evitar uma discussão**. [para que evitasse uma discussão]. (relação de finalidade).

(40) **Demitidos os auxiliares**, como daremos conta do serviço? [se forem demitidos os auxiliares]. (relação de condição).

(41) **Estudando muito**, conseguiu sua aprovação. [como estudou]. (relação de causa).

Vejamos que os termos em itálico se referem às preposições, contidas apenas nos exemplos (38) e (39). Sabemos que as preposições ligam termos dentro de uma oração e dentro dos períodos, atribuindo uma relação semântica de regência entre aquilo que é antecedente e conseqüente¹⁸. É interessante a demonstração da dupla possibilidade da OSADV, em sua forma reduzida e em sua forma desenvolvida; pois, assim, os alunos tanto saberão diferenciar a oração principal da oração subordinada, como o valor semântico contido no período – mesmo que este tenha sido explicitado pelos autores.

Em seguida, há a aplicação de exercícios para a verificação da apreensão do conteúdo ministrado até então, que estão situados da página 232 até a página 239. Os autores propõem nove exercícios, e em todos eles Ormundo e Siniscalchi utilizam um texto integral para a produção das atividades. Em oito das nove questões, os organizadores se valeram do uso de imagens: tirinha, notícia, propaganda, fotografia etc. Apenas na questão oito que os autores usam um texto literário, mais precisamente um parágrafo do livro *Drácula*, de Bram Stoker, essa escolha foi feita também para fazer jus ao título do capítulo: “Conto e romance de ficção científica: um pé no futuro”.

Em vista à economia deste trabalho, optamos por trazer apenas 1 das questões propostas pelos autores. Vamos a ela (p. 233, grifos meus):

1. Com base nas imagens a seguir, redija períodos com orações **que expressem as relações de sentido indicadas**.

¹⁸ Lindley Cintra e Celso Cunha usam os termos *antecedente* e *conseqüente* para se referirem às palavras interligadas por uma preposição dentro de uma construção interacional. (p. 569).

a)



- I. Relação de tempo.
- II. Relação de causa.

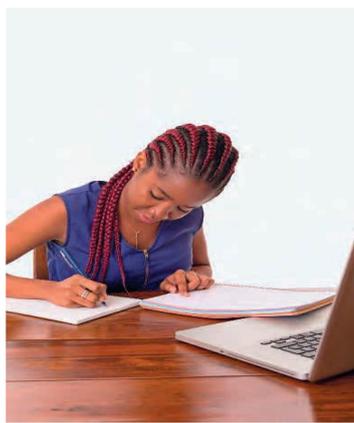


- III. Relação de consequência
- IV. Relação de proporção

b)



- I. Relação de condição
- II. Relação de causa



- III. Relação de concessão
- IV. Relação de finalidade

Percebamos que os autores não partem de imediato para o exercício, antes utilizam as imagens (textos visuais) para, a partir delas, proceder com os desdobramentos mais voltados para a linguagem oral e escrita. O movimento de fazer com que os alunos assim procedam faz com que eles criem a partir das situações externas uma interação que seja pertinente ao contexto em que estão sendo inseridos. É elogiável a investida dos organizadores também a textos curtos e imagéticos que promovem a leitura completa de uma determinada situação interacional. O trabalho com o texto em sua totalidade e as interpretações que irrompe são usados para o desenvolvimento crítico-reflexivo do alunado.

O uso de diferentes gêneros textuais não só na composição da lista de atividades, mas no livro como um todo, é um outro ponto do LDP digno de elogio, porque os discentes verificarão que dentro de perspectivas diferentes, o uso da linguagem também é diferenciado, e que cada elaboração oracional não provém do acaso nem é descontextualizada. O exemplo que trouxemos ilustra bem isso, uma vez que os autores situam os alunos para que estes produzam períodos pertinentes a um determinado contexto específico.

É perceptível que a maior preocupação dos organizadores é a de que os alunos percebam primeiramente os efeitos produzidos pelos textos, a partir do valor semântico das conjunções. Foi-nos notório também que os autores se esquivaram de um aprofundamento em relação aos conteúdos de sintaxe, pois tanto na introdução do tema, quanto na proposta dos exercícios, o relacionamento com a semântica é que teve prioridade quase que exclusiva.

Percebemos uma ausência da explicitação de características importantes sobre as OSADV, principalmente a da mobilidade dentro do período composto, pois é esta mobilidade que garante a quebra de movimentos hierárquicos dentro de um período, fator muito usado para a organização e ênfase de algum termo que contribui significativamente para o efeito de sentido pretendido pelo locutor no momento de interação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, observamos as manifestações possíveis das OSADV, com maior ênfase para as condicionais, causais e temporais. Vimos que determinados arranjos semântico-sintáticos são preferíveis em detrimento de outros, mesmo que exista a possibilidade da mobilidade das OSADV dentro de um período composto. Constatamos também a excelência dos conteúdos do LDP analisado, e a noção de língua e gramática utilizada por Ormundo e Siniscalchi (2018) no livro já referido, o qual se enquadra nos dizeres da BNCC, assumindo, assim, uma perspectiva textual.

A partir da análise do LDP, conferimos que apenas duas hipóteses que alicerçaram este trabalho foram satisfeitas, dando-nos a liberdade de inferir que: 1) o LDP não orienta plenamente nem os professores, nem o alunado para a relação gramatical que constitui a linguagem, pois percebemos algumas lacunas em relação à sintaxe durante nossa análise; 2) o LDP assume o texto em sua forma integral como o objeto de protagonismo na aula de português; e 3) o LDP aproxima e insere os alunos numa realidade que lhes é familiar.

Nossa análise se deu mediante o paradigma interpretativista (BORTONIRICARDO, 2008), em que nos debruçamos em analisar os ditos do LDP e como estes impeliam/influenciavam a uma determinada abordagem didática em sala de aula. Propusemo-nos a fazer esta pesquisa tendo em vista as diretrizes da BNCC (2018), que regulamenta/padroniza todo o ensino básico do país. Por isso, tomamos como objeto de estudo as OSADV, que funcionam como elementos argumentativos e narrativos, temas estes que são prescritos como primordiais pela BNCC para os anos finais do ensino fundamental.

A partir da análise do texto de Travaglia (1996), fizemos uma ressalva para o valor sociocultural que a gramática possui, constatando que o ensino dela é essencialmente necessário para o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania por parte dos alunos, algo que também é prescrito pela BNCC e que deve estar cada vez mais em pauta nas discussões sobre a língua, suas estruturas e seus usos. A BNCC ainda orienta aos professores de português que realizem a análise do(s) modo(s) como os textos noticiosos e argumentativos ocorrem, sempre levando em consideração como os arranjos gramaticais contribuem para a defesa, refutação e/ou negociação dos sentidos em determinado texto. Ou seja, o documento normativo estimula que o aluno consiga

identificar os fatores não só sintáticos, mas também semânticos, que juntos coadunam para o êxito do sentido pretendido pelo interlocutor.

Sabemos que nosso trabalho não elucida todas as questões possíveis para a interpretação das OSADV (seria até uma ingenuidade cogitarmos isso), e é por esse motivo que incentivamos e ansiamos que mais trabalhos voltados para este tema sejam desenvolvidos. Por fim, também demonstramos como é essencial que o profissional de língua esteja inteirado dos conceitos que leva para a sala de aula e tenha familiaridade com aquilo que lhe compete fazer, sempre levando em consideração o contexto em que seus alunos estão inseridos. Por mais que o LDP seja excelente, o professor deve saber dosar o uso do material, não o usando de maneira cega e inconsequente. Enfatizamos que o trabalho de análise do material didático deve ser uma rotina para os docentes, os quais devem sempre se preocupar com “o como”, “o quanto” e “o quê” ofertam de proposição teórica e prática para o seu alunado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC. Disponível em: < [BNCC EI EF 110518 versaofinal_site.pdf \(mec.gov.br\)](#) > Acesso em 23 maio. 2023.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- DUBOIS, Jean. *et. al.* **Dicionário de linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 58. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2021.
- ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga na língua: produção de texto e linguagem: manual do professor**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- PINTO, Sérgio Castro de. **Folha Corrida: poemas escolhidos**. São Paulo: Escrituras Editora, 2017.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Para que ensinar teoria gramatical**. In: *Revista Estudos da Linguagem*. Universidade Federal de Minas Gerais. V. 10, n. 2, jul./dez.2002, pp. 135-231.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na universidade: gramática da subordinação**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021.